

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: as Escolas Famílias Agrícolas do município de Lago do Junco – Maranhão como experiências de resistência e rebeldia**

Damião Solidade dos Santos<sup>1</sup>

Isaac Giribet Bernat<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho é fruto de pesquisa de mestrado em fase de conclusão. Apresentamos as experiências educativas das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs do município do Lago do Junco – Maranhão, região Médio Mearim. As ações se dão de forma integrada a uma rede de organizações sociais, que tem como entidades regionais: a União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA), e a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA). Através de escolas, associações e cooperativas constituídas pelos/as camponeses/as, consideradas contra hegemônicas e com características de democracia participativa, constituindo-se em um freio ao avanço destrutivo das relações capitalistas no campo. São experiências que praticam o desenvolvimento sustentável como forma de resistência. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, com pesquisa de campo nas duas EFAs em questão.

**Palavras-chave:** Pedagogia da Alternância, Educação do Campo, Desenvolvimento Local.

### **Introdução:**

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA), tendo como título: “Os processos formativos por alternância dos jovens rurais e suas atuações no desenvolvimento local: o caso das EFA’s do município Lago do Junco – Maranhão”.

O artigo está organizado: em três seções, primeira tras o contexto regional, histórico do município, apresentação das EFAs pesquisadas. Na segunda apresentamos os Movimentos Sociais que as EFAs mantém relações de parcerias. Na última abordamos as conceituações sobre Desenvolvimento e como estão se dando as atuações dos jovens egressos das EFAs. Concluímos com considerações que apontam as EFAs como experiências que praticam o desenvolvimento sustentável como forma de resistência ao modelo hegemônico vigente.

---

<sup>1</sup> Educador da Escola Família Agrícola (EFA) Prof. Jean Hébette em Marabá/PA, Extensionista Rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER – PARÁ) e mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA) – [dsolidade@bol.com.br](mailto:dsolidade@bol.com.br)

<sup>2</sup> Docente do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA) - [neri54@yahoo.es](mailto:neri54@yahoo.es)

## Contexto Regional

Na tentativa de melhor situar o contexto em que se desenvolveu a investigação, se torna preciso esclarecer que a Região Médio Mearim do estado do Maranhão é um palco histórico de muitas lutas de trabalhadores e trabalhadoras rurais em prol de seus direitos e sua cidadania digna, com o intuito de alcançar um pedaço de terra para trabalhar, produzir e sobreviver.

povoados que remontam ao tempo da escravidão, onde descendentes de escravos, ainda rememoram acontecimentos, vivenciados por seus pais, do tempo que designam como *tempo do cativo*. Após a desagregação das fazendas de algodão, que predominaram nos séculos XVIII e XIX, com a formação de um campesinato livre, os ex-escravos, autodesignados *pretos*, permanecem nas terras, cultivando a mandioca, o arroz e o feijão, em domínios doados, comprados ou ocupados efetivamente, com ou sem autorização de terceiros (MARTINS, 2012, p. 60).

O estado do Maranhão já vivenciou seus tempos em que destacava a nível nacional como produtor de alimentos, tendo como carro chefe o arroz.

A partir da década de 1950, o arroz passava a competir no mercado nacional. A economia maranhense começava a se articular com o capitalismo industrial, que se desenvolvia no Centro Sul, no momento que a expansão do sistema capitalista no Brasil tinha como lócus principal a região sul comandada por São Paulo (BARBOSA, 2006, p. 82).

Já a partir das década de 1970 a face produtora da região mudou para a agropecuária, atividade hegemônica no processo econômico da região até a atualidade.

O Estado ditatorial impôs à nação políticas econômicas e sociais centralizadas, e na Amazônia engendrou uma lógica de desenvolvimento integrado da fronteira agrícola através de incentivos fiscais, com foco especial na criação extensiva de gado, na exploração madeireira e na mineração, com explícito favorecimento as empresas industriais, bancárias e comerciais, orientadas para exportação.

Nos fins dos tempos ditatoriais, em intensa luta pela terra e com o forte processo migratório ainda em curso, os/as camponeses/as se organizam em estruturas políticas, econômicas e educacionais para garantir o processo de resistência ao latifúndio. O direito de ter roça, fonte produtiva de alimentos, assim como o livre acesso aos babaçuais que, para muitos/as, era a principal fonte de renda, se tornaram as principais reivindicações. Nesse período, a educação diferenciada e contextualizada ofertada pelas as EFAs também surgem como um instrumento de luta. Segmentos progressistas da Igreja Católica, no caso da Região do Médio Mearim os Franciscanos, vão atuar como um dos principais parceiros de apoio e mediação.

## Histórico do Município do Lago do Junco

Com base nas informações disponibilizadas no site da Prefeitura<sup>3</sup> o município de Lago do Junco apresenta as seguintes características e histórico: Terra de lagos e cocais, localizado a 316 km da capital São Luís, na região do Médio Mearim, tem população estimada em 10.729 habitantes segundo dados do IBGE (2010). Extensão territorial de 309 km<sup>2</sup>. O nome da cidade teve origem na existência de um lago no qual havia grande quantidade de junco, espécie de capim comum no local que logo serviu de referência aos primeiros nordestinos a povoarem a região.

O povoamento da cidade teve sua fundação em 1925, com a chegada de migrantes, os quais buscavam terras férteis para a agricultura, que informados da expansão da Região do Mearim, aqui se fixaram, na tentativa de desenvolver a lavouranas suas “terras livres”. No início não existiam estradas e por isso a produção agrícola era escoada por tração animal. O primeiro automóvel a circular na região chegou somente por volta da metade da década de 1940.

O desmembramento ocorreu do então município de Ipixuna, atualmente São Luiz Gonzaga do Maranhão, em 26 de outubro de 1961 (lei nº 2.151, assinada pelo governador Newton de Barros Bello). As cidades mais próximas de Lago do Junco são: Lago da Pedra, Lago dos Rodrigues, Igarapé Grande, Pedreiras, Trizidela e Bernardo do Mearim.

A economia do município de Lago do Junco tem se desenvolvido basicamente da agropecuária e do extrativismo do babaçu. Dentre os produtos agropecuários destacam-se gado de corte (tanto fazendeiros, quanto os pequenos agricultores). Em relação ao extrativismo vegetal, o processo tradicional de extração da amêndoa do coco babaçu contribui para a renda de centenas de famílias que se ocupam, em menor ou maior grau, na coleta, quebra de coco e comercialização das amêndoas (UAEFAMA, 2016, p. 12).

O município de Lago do Junco é pequeno considerando a sua população e sua extensão territorial tem sua economia baseada na agropecuária, com maior relevância a agricultura familiar. As organizações dos agricultores/as cumpre um papel fundamental na geração de emprego e renda.

<sup>3</sup> <http://lagodojunco.ma.gov.br/> acesso em 16 de outubro de 2016.

## As EFAs do Lago do Junco: um pouco da história

### EFA de Ensino Fundamental

A Escola Família Agrícola Antonio Fontenele (EFAF), localizada no Povoado São Manuel, oferta o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Iniciou seu funcionamento em 1996. Está instalada em uma propriedade rural de 30 hectares das que 10 foram doadas por um assentamento vizinho. Já conseguiu formar 227 jovens, de 17 comunidades, dos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues e Bom Lugar. Atualmente, tem 73 alunos/as.

Objetivos da EFAF é o acesso à educação integral que atenda tanto a formação técnica como a social e política, para desenvolver uma ação educativa voltada para a realidade do meio rural com a participação das famílias e comunidades, mantendo vivos os princípios da Pedagogia da Alternância.

O coordenador pedagógico da EFAF, que também exerceu o papel de articulador e primeiro coordenador da referida EFA, Luiz Ramos dos Santos “Luizinho”, recorda a história da EFA.

Nasce de um evento da Pastoral da Criança, lá na comunidade de Três Poços, no mês de novembro de 1992. A ideia partiu de um padre franciscano, Frei Klaus, médico, e aí ele lançou a ideia lá nessa reunião, da Pastoral da Criança, e perguntou se havia alguma pessoa que já poderia ir trabalhando essa articulação. E eu, ainda estudando o magistério, nos finais de semana eu fazia articulação nas comunidades. Nós trabalhamos 93, 94 e 95 criando a associação. Passávamos em todas as comunidades, criamos um grupo de estudos, sindicato, a igreja, as comunidades, assentamentos, a ASSEMA, a ACESA, que foi visitar outras escolas, aqui no Maranhão e fora. Fomos para a Bahia, fomos para o Piauí. E esse grupo, justamente, fazia o trabalho de articulação e já pegando argumento para o PPP da escola. Então, a partir dessas visitas, de tudo isso que aconteceu, foi criado o Projeto Político Pedagógico em cima disso, da reunião desse documento. No começo do ano de 96, em 15 alunos de 5 comunidades, criou-se a escola (Entrevista concedida dia 11 de outubro de 2016).

Atualmente a EFA precisa de uma reforma na estrutura física. A equipe da Escola e os/as agricultores/as tem expectativa que a atual gestão da Prefeitura execute a referida reforma.

As famílias colaboram com a gestão e manutenção da EFA. As demais condições necessárias para o funcionamento, são adquiridas através de captação recursos financeiros através de pequenos projetos em ONGs e celebração de convênios com a Prefeitura e Governo do Estado.

## **EFA de Ensino Médio e Educação Profissional**

O Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro tem por lema “Educar e Produzir”, oferece ensino médio integrado à educação profissional com formação de técnico em agropecuária, é uma escola autorizada e reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA). Localizado na Comunidade Pau Santo.

A partir do ano de 2003 as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e entidades populares iniciaram uma articulação que culminou na fundação, em 24 de junho do ano de 2005, da Associação do Centro Familiar de Formação por Alternância de Ensino Médio e Profissionalizante (ACEMEP). No mês de julho do ano seguinte iniciaram-se as aulas com uma turma de 53 alunos/as. Atualmente, já são quase 200 o total de egressos/as. Na atualidade, tem 177 jovens em formação (matrícula inicial 2017).

O monitor Vandeval Spadetti, um dos fundadores do CEFFA, relata o processo histórico e as motivações para criação da primeira EFA de Ensino Médio e Educação Profissional.

Esse ano faz 11 anos de funcionamento. Mas, se a gente for pensar o CEFFA tem 20 anos de articulação. Mesmo antes da gente falar assim "nós vamos fazer o CEFFA", a gente já pensava, porque, porque os alunos iam daqui para o Espírito Santo do Maranhão, depois do Espírito Santo começou a ficar difícil para esses alunos estarem lá. Foram para Teresina. Para Socopo. Quando foi em 2003 mais ou menos, houve as primeiras reuniões de falar, "gente, vamos ter que fundar nossa escola", em 2003 foi feita uma reunião na ACESA junto com a CPT, junto com a ASSEMA, e daí começou a ideia. De 2003, 2004, quando deu o início de 2005 nós já estávamos com uma comissão para escolher o pedaço de terra e tal e nós recebemos 3 ofertas de terra, uma em São Luiz Gonzaga, uma em Pio XII e outra aqui. E essa equipe foi atrás, e consegui, aí viu essa aqui, por ter algumas facilidades da questão de energia, água, e a luta do povo, a parte social, então nós definimos que se fosse para cá. No ano de 2007 a gente conseguiu o primeiro apoio com a província franciscana. A partir daí as coisas melhoraram, que a gente tinha um recurso mensal que a gente podia estar investindo. Então foi feito açude, foi feito reboco nas casas, colocou piso em alguma coisa. 2008 foi feito os dormitórios que não tinha, as meninas dormiam em maneira muito precária em uma casa que era de ferramenta, os meninos na senzala, chamada aqui a casa de barro (Entrevista concedida dia 12 de outubro de 2016).

O CEFFA tem ao longo de sua história pautado por ofertar uma educação contextualizada e com gestão democrática contando com a participação dos/as agricultores/as através da ACEMEP.

No âmbito da cooperação internacional mantém parcerias com organizações internacionais da Alemanha. E contam com a colaboração de padres franciscanos. As duas EFAs contam com apoio o Fundo da Amazônia através da ASSEMA, proporcionará dinamização do setor produtivo nas áreas de fruticultura e piscicultura.

## **Movimentos Sociais: espaços de resistências e parcerias**

Os Movimentos Sociais do campo são considerados espaços de resistências e defesa dos territórios dos/as camponeses/as. Apresentamos aqui os Movimentos Sociais criados pelos/as agricultores/as na Região do Médio Mearim parceiros das EFAs, onde ocorre a atuação profissional ou de militância dos jovens egressos destas escolas do campo.

A Escola Família Agrícola é um espaço de tensões entre as resistências e a lógica de reprodução. A reprodução cultural com uma violência simbólica e a construção de novas lideranças de legitimação de outras formas de pensar o movimento social, ainda assim seriam contra as formas impostas pelo Estado. O que se tem ao certo é que mudanças houve e que todo esse processo de luta teve expectativas (SILVA, 2015, p. 95).

Para Maria da Glória Gohn (1997, p. 20), enquanto houver desigualdades e exclusão social haverá Movimentos Sociais, “enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos”. Os Movimentos Sociais são:

ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (GOHN, 1997, p. 251).

A organização sindical, mesmo sobre forte tutela e excessivo controle do Estado, se reconstrói em busca de superar seus limites legais e apenas reivindicatórios, assumindo uma postura emancipatória e de engajamento em prol dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dos posseiros, empobrecidos e expropriados. Somado a isso, profusões de outros movimentos também surgem para promover a participação de mulheres, indígenas, povos da floresta, das águas, negros, movimentos em defesa do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável e da agroecologia.

A forte estrutura dos movimentos locais participativos, em particular dos diversos tipos de organizações da sociedade civil, ao lado de outras estruturas tradicionais, como os sindicatos, é indispensável para que interesses mais amplos constituam um ‘contrapeso’ democrático às estruturas esclerosadas das elites tradicionais e das corporações (DOWBOR, 2008, p. 69).

As organizações aqui descritas nasceram no âmbito da luta dos/as camponeses/as frente ao latifúndio e há mais de vinte anos tem atuado acreditando em um desenvolvimento local sustentável fundamentado no associativismo e cooperativismo.



Após a conquista da terra, nos anos 1980 – 90, as famílias de trabalhadores rurais mulheres quebradeiras de coco babaçu, da região do Médio Mearim, iniciaram um processo de organização social política e econômica, institucionalização de formas organizativas, segundo os princípios do associativismo e do cooperativismo (ARAUJO, 2013, p. 140).

As ações educativas da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAEFAMA), a partir das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), e as atividades políticas e econômicas desenvolvidas pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), através de associações e cooperativas constituídas por camponeses/as, são consideradas contra hegemônicas e com características de democracia participativa, constituindo-se em um freio ao avanço destrutivo das relações capitalistas no campo.

O poder local, com seus instrumentos básicos que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu as suas provas e é sem dúvida o grande recurso subutilizado no país (DOWBOR, 2008, p. 90).

Relacionamos a seguir a rede de organizações parceiras das EFAs do município de Lago do Junco, a saber: ASSEMA com abrangência regional; a AMTR que abriga as mulheres quebradeiras de coco de base municipal; a COPALJ de atuação municipal e voltada para as questões econômicas; a AJR que envolve dois municípios e cuida da organização dos jovens; e a ACESA, organização pioneira que atua na Diocese de Bacabal (caráter regional).

São nestas organizações que se dá a atuação profissional ou de militância dos jovens egressos das EFAs. Relacionamos somente as organizações que tem parcerias com as EFAs do Lago do Junco. Portanto, o presente trabalho não contempla todos os Movimentos Sociais existentes no município ou região.

#### **a) Organização regional dos/as agricultores/as**

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), foi fundada em 1989. Tem uma abrangência regional, é uma espécie de organização mãe ou tronco, formada por uma rede de organizações.

Dentro da linha temática da segurança alimentar e economia solidária, a ASSEMA estimula o associativismo e o cooperativismo, em redes, disseminando o consumo ético de produtos agroextrativistas e o uso da floresta de babaçu, apoiando as organizações locais, na comercialização de produtos específicos (ARAUJO, 2013, p. 141).

A ASSEMA é liderada por agricultores (as) familiares rurais e extrativistas do coco babaçu. Tem como objetivo “desenvolver estratégias para a melhoria da qualidade de vida das

famílias agroextrativistas, através da luta pela ampliação do acesso ao direito à Alimentação, à Educação e ao exercício amplo e democrático da Cidadania<sup>4</sup>”.

De caráter regional, a ASSEMA hoje tem, entre os seus associados, associações de mulheres extrativistas e quilombolas, associações de assentamentos, cooperativas, sindicatos rurais, associações de jovens e grupos produtivos informais dos municípios de **Lago do Junco**, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, Lima Campos, São Luiz Gonzaga do Maranhão, Pedreiras e Peritoró. A entidade investe na organização das famílias em dimensões: social, política, econômica, ambiental e cultural, priorizando, em suas pautas, a produção com base na agroecologia, a comercialização qualificada como solidária e debate questões ambientais, de gênero, de geração e étnicas (ARAUJO, 2013, p. 140 – grifos nosso).

Para realização de suas ações, conta com apoio financeiro de organizações internacionais e nacionais como o: Fundo Amazônia, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ligado a Organização das Nações Unidas (ONU).

A ASSEMA trabalha em rede, numa abrangência territorial de 18 municípios da região do Médio Mearim, com sede em Pedreiras. Atualmente desenvolve: Programa Agroextrativista de Produção Integrada (PAPI), Programa de Comercialização Solidária (PCS) e Programa de Formação e Acesso a Direitos (PFAD).

#### **b) Organização das mulheres quebradeiras de coco babaçu**

A Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), institucionalizada em 1989, está vinculada ao Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) tem como principal bandeira de luta o livre acesso aos babaçuais visando a geração de renda e preservação cultural e ambiental. Conforme relato de experiência apresentado pela UAEFAMA “a partir de experiências de clubes de mães das comunidades rurais. A entidade foi aproveitada como instrumento político de enfrentamento contra o latifúndio que dominavam os babaçuais da região” (UAEFAMA in UNEFAB, 2010, p. 39).

O MIQCB encontra-se estruturado em seis regionais: Médio Mearim, Baixada Maranhense e Imperatriz, no estado do Maranhão; Pará; Tocantins e Piauí. Ao longo dos seus 20 anos de existência, o movimento tem se apresentado como importante sujeito nas lutas pela preservação dos babaçuais, denunciando os ‘processos de devastação’ e apoiando iniciativas de outras organizações consideradas parceiras, a exemplo da ASSEMA, que vêm investindo em iniciativas econômicas sustentáveis (ARAUJO, 2013, p. 143).

---

<sup>4</sup> Extraído de <http://www.assema.org.br/> acesso em 23 de julho de 2017.



A AMTR tem como principal produção a produção de sabonetes e sabão de óleo de babaçu produzidos na unidade de produção “fábrica” instalada no povoado Ludovico, município de Lago de Junco. Na fase inicial teve 220 mulheres associadas, atualmente tem 60 mulheres ativas conforme informação de uma das lideranças Ivete Ramos Silva Santos.

Para as quebradeiras de coco babaçu se fazia necessário a existência de uma escola alternativa para zona rural, para que os filhos não tenha que sair do campo para a cidade, para estudar, mas, que permaneça no campo e dando continuidade na luta (UAEFAMA in UNEFAB, 2010, p. 39 - 40).

O surgimento dos novos movimentos sociais na década de 1980-1990, associado ao estudo sobre as estratégias e unidades de mobilização de povos e comunidades tradicionais, no processo de luta pela terra na região do Médio Mearim, carece de uma análise para se perceber que a Educação não foi tratada apenas como uma estratégia de luta e não apenas para os filhos das quebradeiras de coco babaçu e dos trabalhadores rurais. Nos anseios dos movimentos sociais instituídos nesse período reforçaram se muito as capacitações, as formações, as conscientizações e as sensibilizações (SILVA, 2015, p. 39).

### **c) Organização econômica**

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), fundada em 1991. Tem uma fábrica de óleo babaçu e uma rede cantinas. A COPPALJ tem a responsabilidade pela organização econômica dos/as agricultores/as baseados nos princípios da Economia Solidária e no extravismo do coco babaçu.

A partir das cantinas comunitárias espalhadas pelos povoados do município desenvolve uma comercialização solidária. Comprando os produtos agrícolas (arroz, milho, mandioca e feijão). Mas tem como carro chefe a compra da amêndoa do coco babaçu. Em relação a venda são comercializados os produtos industrializados.

O agricultor João Valdeci Viana da Silva – presidente COPPALJ relembra com qual objetivo foi criado a organização “dar qualidade de vida às famílias e desenvolver a prática de comercialização diminuindo os atravessadores”.

A COPPALJ é considerada como um Movimento, pois se organiza em rede regional composta de outros tipos de organizações juridicamente constituídas ou não, que objetivam tanto a organização da produção e da comercialização, assim como da mobilização social (SERENO, 2016, p. 71).

Na COPPALJ constatamos a atuação de 3 (três) jovens egressos das EFA’s atuando gerencia administrativa, gerência de comercialização e serviços gerais, respectivamente. E que

presidente ver que a inserção dos jovens é para garantir os os trabalhos que foram iniciados pelos pais.

O principal produto COPPALJ é extração do óleo de babaçu que é reconhecido como um produto orgânico certificado pelo Instituto Biodinâmico (IBD Certificações LTDA), que é exportado para os outros países. Uma parte é comercializada internamente e abastecido a produção da AMTR.

As EFA's tem boas relações com COPPALJ, através da realização eventos em comum e a torta de babaçu um subproduto da extração do óleo é doada para as EFA's utilizarem na alimentação dos animais. A cooperativa participou diretamente das duas EFA's.

#### **d) Organização da juventude rural**

A Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AJR) iniciou o movimento em 1998, e foi registrado em cartório no ano de 2002. São filiados a AJR 12 (doze) grupos de grupos de jovens. A EFA colaborou para criação desta organização da juventude.

Imbuídos/as no sentimento de coletivo, jovens estudantes da EFA, organizaram grupos de jovens e utilizavam o espaço da escola como espaço de discussão, quando eles/as retornavam para as comunidades articulavam a ideia de uma associação para jovens com outros/as jovens da comunidade. Isto possibilitou um fortalecimento de grupos de jovens já existentes (SANTOS; NEVES; SILVA, 2008, p. 52 - 53).

Entre um dos objetivos da AJR: buscar o fortalecimento social, político, econômico, ambiental e cultural dos jovens. Tem sido realizados diversos eventos: Fórum de Jovens do CEFFA, Gincana Cultural com participação de mais 120 jovens no CEFFA Manoel Monteiro. A ASSEMA é uma das organizações que atuam diretamente nestas ações.

É fácil encontrarmos nas EFA's do Maranhão com mais de dez anos, jovens egressos/as como monitores/as, técnicos da propriedade. Mais fácil ainda é vermos nas celebrações religiosas, alunos egressos contribuindo com a comunidade. Os/as jovens oriundos das EFA's dispõe de uma visão política e social adquirida no dia-a-dia, pela participação ativa de uma comunidade nos movimentos sociais de base. **O/a jovem não precisa sair do campo** se ele tiver atividades a realizar no seu meio. É necessário o/a jovem assumir sua identidade como jovem do campo (SANTOS; NEVES; SILVA, 2008, p. 57 – grifos nosso).

Ainda podemos mencionar alguns casos bem sucedidos: Edson Sousa da Silva jovem egresso da EFA Antonio Fontenele que tem uma história, em relação ao processo educativo já realizou curso de pós-graduação em nível de mestrado; e Tiago Silva Santos eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores em 2016 com apoio dos Movimentos Sociais, seus pais Vital e Ivete Santos são lideranças com atuação na AMTR, COPPALJ, ASSEMA e UAEFAMA.

### e) Organização de animação e assessoria

A Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), criada em 2006, é originária do movimento de animação da luta por direitos e por uma reforma agrária justa e solidária, que aconteceu na região do Mearim em meados da década de 1980<sup>5</sup>.

Em 1986 foi criada a primeira ACESA que no lugar de “Associação” se denominava “Animação” a partir da iniciativa e liderança do frei franciscano alemão Klaus Finkam, com apoio da Vice Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção e da Diocese de Bacabal foi desenvolvido um trabalho de extensão rural, com especial atenção a busca de saúde integral baseada numa alimentação saudável e produção agrícola com base em princípios agroecológicos<sup>6</sup>.

Em seus 11 anos de existência, a ACESA vem dando continuidade à sua história de mais de 30 anos junto aos agricultores/as familiares, assessorando-os em seus processos de luta por direitos essenciais no campo da agroecologia, segurança e soberania alimentar, educação contextualizada, saúde, políticas públicas em municípios da região do Médio Mearim: Lago Verde, Bacabal, Poção de Pedras, Lago da Pedra, Bom Lugar, São Luiz Gonzaga e Lago do Junco.

A ACESA é uma histórica parceira ajudou na criação de várias EFA's escolas na região. Atualmente mantém parceria com a UAEFAMA e desenvolve com as EFA's, através de alunos/as, estágios agroecológicos nas Unidades de Produção Familiar Agroecológicas dos sócios/as da ACESA. Percebe-se que o projeto tem viabilizado maior envolvimento das Escolas Famílias Agrícola no processo de formação dos/as alunos/as ao associar teoria e prática, participação direta das famílias que recebem os/as estagiários/as na adequação das atividades de acordo com a faixa etária de cada um/a (ACESA, 2015, p, 23).

---

<sup>5</sup> Até a criação da Associação era denominada Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), passou por uma reestruturação criando uma nova organização e mantendo a história, foi feita uma espécie de transição da gestão da entidade dos franciscanos para os/as agricultores/as e técnicos/as.

<sup>6</sup> Informações obtidas no site <http://www.acesa.eco.br/> acessado em 13 de agosto de 2017.

## A diversidade de conceitos de desenvolvimento

Compreendermos o Desenvolvimento Sustentável, um conceito multifacetado, de que muito se fala e no entanto, na prática, apresenta diferenças significativas quando levamos em consideração o grupo social e os interesses de cada pessoa ou organização. Por exemplo, os (as) trabalhadores (as) rurais têm promovido, ao longo dos anos um processo luta pela conquista da terra, visando a geração de alimentos e renda, com base na agricultura de caráter familiar.

Na década de 1980 no âmbito das Nações Unidas (ONU) foi gestado um documento denominado “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brudtland” (1987), que foi ampliado na ECO 92, que pretendia conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental buscando o fim da pobreza no mundo. Considerando o referido documento, Desenvolvimento Sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidades de gerações futuras atenderem às suas necessidades” (RELATÓRIO BRUDTLAND, 1987).

Por outro lado, a maioria dos madeireiros, fazendeiros (as), e empresários (as) praticam um desenvolvimento que valoriza, sobretudo, o aspecto econômico, sobrepondo-os aos aspectos sociais, ecológicos e humanos, a partir da matriz produtiva e social conhecida como agronegócio.

Sem grande aprofundamento, mas, recorrendo ao Dicionário da Educação do Campo, apresentamos alguns elementos sobre o conceito do agronegócio que nos parecem pertinentes. Conforme Leite e Medeiros (2012) as origens do termo são recentes, datam dos anos 1950, e tem sua origem no âmbito da academia norte-americana com a denominação *agribusiness*.

No Brasil, segundo Leite e Medeiros (2012, p. 80), o agronegócio teve as suas transfigurações “no início dos anos 2000, a palavra agronegócio foi se generalizando, tanto na linguagem acadêmica quanto na jornalística, política e no senso comum, para se referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários”.

Assim, à medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como um novo inimigo a ser combatido. Já no início do ano 2000, verifica por exemplo, entre os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina um deslocamento de seus opositores: cada vez menos o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais é o agronegócio. Este deslocamento traz consigo novas vertentes: à crítica a concentração fundiária soma-se a denúncia do próprio cerne do agronegócio, sua matriz tecnológica. Assim, surgem críticas ao uso de sementes transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxicos, à monocultura. Ao modelo do

agronegócio passa a ser contraposto o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre produção de suas sementes (LEITE e MEDEIROS, 2012, p. 85).

O pesquisador José Eli da Veiga (2008) na busca do entendimento sobre “o que é o desenvolvimento” nos oferecem três tipos básicos de resposta. A primeira é a mais frequente e simplista, onde se que trata o “desenvolvimento” como sinônimo do “desenvolvimento econômico”. A segunda afirma que o “desenvolvimento” não passa de rede de ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica. Essas duas correntes preferem a expressão “desenvolvimento econômico” em vez da fórmula sintética, e mais correta, “desenvolvimento”. A terceira se refere ao “desenvolvimento sustentável”, que segundo o autor consiste em:

primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e oportunidades para fazerem as suas escolhas. E, ultimamente, o Relatório do Desenvolvimento Humano tem insistido que essa é uma ideia tão política quanto econômica. Vai desde da proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia (VEIGA, 2008, p. 81).

Reconhece que a melhor forma sintética para dizer o que é o desenvolvimento é apresentada pelo renomado o economista Celso Furtado:

*O crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser a condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, crescimento metamorfoseia em **desenvolvimento** (FURTADO 2004, p. 484 apud VEIGA, 2008, p. 81 – 82 – grifos nosso).

Da mesma forma que o referido autor e outros/as pensadores/as recusamos as duas primeiras propostas referidas e defendemos um caminho mais desafiador e bem mais difícil de ser trilhado, o do desenvolvimento sustentável e da Agroecologia.

Há um novo requisito que exige ajustes em ultrapassadas concepções do desenvolvimento: a sustentabilidade ambiental do crescimento e da melhoria da qualidade de vida. Trata de um imperativo global que chegou para ficar, em virtude da percepção de que a biosfera, em níveis global, regional, nacional e local, está sendo submetida a pressões insuportáveis e prejudiciais para o próprio desenvolvimento e as condições de vida (VEIGA, 2008, p. 187).

A EFA considera em seu Plano de Formação o desenvolvimento rural sustentável, visando contribuir na promoção deste nos seus aspectos: técnico, econômico, social, político e cultural, agindo com suas ações formativas. Inspirados em práticas associativas e cooperativas para que se construam uma perspectiva solidária entre as pessoas e possam garantir condições de vida digna para todos (as), sem desigualdades onde o aspecto humano seja mais importante que o econômico.



## As atuações dos/as jovens rurais das EFAs no desenvolvimento local

Avaliamos as diversas atuações dos/as jovens egressos das EFA's em âmbito local e regional em Movimento Sociais, organizações governamentais e atividades autônomas. Trazemos a compreensão dos jovens sobre Desenvolvimento Rural Sustentável.

Vejamos depoimento do jovem Jessé Lima da Silva, que atua na coordenação da Associação de Jovens Rurais dos municípios do Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AJR):

Quando a gente fala em desenvolvimento sustentável, sobretudo na área rural, a gente lembra da especificidade das pragas, mas o desenvolvimento sustentável engloba todos os aspectos, seja ele político, social, econômica e as questões ligadas a terra também. A gente sabe que as questões ligadas a terra é a base, e aí que não se limita apenas a base, é precisa ocupar outros espaços, outras dimensões. É que seja ela na saúde, na educação, na democratização da terra, na democratização do ensino e das políticas, seja elas políticas públicas e partidárias também, isso está inserido. E quando se trata do desenvolvimento sustentável, é todo esse conjunto, que há também esse envolvimento dos movimentos sociais, das pessoas, da sociedade civil, da igreja, de todos os sujeitos que vivem no campo. (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

É possível perceber a importância dada à terra, o jovem tem uma concepção de desenvolvimento ampla que leva em conta as dimensões política, social e econômica. Também é destacado o aspecto coletivo e da Igreja Católica.

Vejamos a definição que sobre a concepção de desenvolvimento sustentável realiza Gracileia de Brito Souza, da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA). A técnica, que é egressa de escola por alternância, efetua o acompanhamento dos estudantes das EFAs de Lago do Junco em estágio de práticas agroecológicas:

O desenvolvimento sustentável, assim, ele tá... é bem difícil da gente falar assim, porque é uma questão bastante complexa, né? Mas eu acredito que o desenvolvimento sustentável ele envolve vários aspectos, né? a questão social, ambiental, a política... a econômica, e... e assim, ela pode tá... a cultural também, né? Porque assim, se você tem, por exemplo, a questão econômica, mas se você não está preocupado com a questão ambiental, acho que isso não é um desenvolvimento sustentável. Se você só se preocupa com a questão social, mas não se preocupa com a questão política, isso também não é. Então assim, é uma cadeia que uma coisa vai ligando outra (Entrevista concedida em 14 de outubro de 2016).

É possível observar que na concepção sobre Desenvolvimento Sustentável apontada pela técnica egressa emergem as dimensões fundamentais da Agroecologia, os aspectos políticos e sociais, e não somente os econômicos.

A jovem Gracileia de Brito Souza tem sua atuação sócio profissional na ACESA, já trabalhou em prestadoras de serviço de ATER. Ela tem atuação na unidade de produção familiar

de sua família mediante uma produção sustentável. Os egressos da EFAs tem um envolvimento que vai além da sua própria família, que é o aspecto comunitário.

Já o egresso Vicente Gomes Damascena Filho, que atua na parte produtiva do CEFFA Manoel Monteiro, associa o conceito de desenvolvimento sustentável com a questão da produção de alimentos para o sustento da família, e com respeito a natureza.

O desenvolvimento sustentável eu entendo bem assim, que a partir do momento que você consegue auto se sustentar, você consegue produzir pra você tê uma qualidade de vida assim melhor, que você consegue produzir no espaço, e depois você produzir naquele mesmo espaço tirando seu sustento e pra alimentação da sua família, então é uma produção sustentável, quando você trabalha mesmo assim em harmonia com o meio ambiente, com a natureza, quando você respeita, porque a natureza ela tem muito a oferecer mas pra isso a gente também tem que oferecer muito também pra natureza, né? pra que ela possa retribuir com alimento que é o que satisfaz as nossas necessidades (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

Este egresso nos informou que está desenvolvendo na sua unidade de produção os conhecimentos obtidos na EFA. Trabalha como técnico do CEFFA e busca socializar técnicas sustentáveis com outros jovens.

A Pedagogia da Alternância utilizada pelas EFAs tem como um dos princípios o “desenvolvimento local”, este no qual se constitui em uma das finalidades de todo o processo formativo (conforme apresenta a figura 1). Percebemos de forma bem clara a concepção de desenvolvimento dos egressos, que se constitui como base para as práticas produtivas e sociais tanto na família como na comunidade.

O quarto pilar que caracteriza e sustenta uma Escola Família Agrícola é sua **preocupação com questões voltadas para o desenvolvimento local e sustentável**. A busca constante das EFAs em promover o desenvolvimento das comunidades locais é uma das principais características, pois foi este desejo de desenvolvimento local que fez as experiências educativas pautadas na Pedagogia da Alternância surgirem na França e se expandirem-se para outros países (UAEFAMA, 2016, p. 10 – grifos nosso).



**Figura 1: Os pilares da Pedagogia da Alternância**

Fonte: PUIG-CALVÓ, 2006

Avaliamos as diversas atuações dos/as jovens egressos das EFA's em âmbito local e regional em Movimento Sociais, organizações governamentais e atividades autônomas. Destacando a contribuição dada pelos/as jovens em prol do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Roni Silva Santos é técnico em agropecuária autônomo e trabalha com criação de gado na própria unidade de produção, reconhece a importância da Igreja Católica na luta pela terra, a fé continua acesa através dos cultos, mutirões e outras atividades comunitárias.

A gente aqui na comunidade, somos desde a luta da terra que foi graças a Igreja Católica, né? apostólica romana, e aos padres da vice província aqui da nossa região, da nossa diocese, sempre continuo e continua, né? a questão da nossa igreja, né? só que antes era só um dirigente, né? era um tipo um monopólio, né? e de certo, de 5 anos pra cá, a gente formou uma equipe de liturgia, né? então a cada domingo a gente tem uma equipe nova, né? celebrando, pra não ficar aquela coisa monótona e a gente também tem o conselho da comunidade, né? e hoje eu faço parte do conselho de finanças, né? sou tesoureiro da nossa igreja, da nossa comunidade. E eu acho que só temos a ganhar com isso porque cada domingo uma pessoa diferente, uma metodologia diferente atrai mais fiéis, né? pra nossa igreja (Entrevista concedida em 13 de outubro de 2016).

Uma das principais dificuldades para que o/a jovem egressos/as das EFAs implante projetos produtivos ou sociais no âmbito familiar e comunitário é ausência de políticas públicas que financiem ou lhes proporcionem condições.

Um exemplo para ilustrar esta situação quando o jovem conclui a formação na EFA conforme Verônica Barbosa Matos, “Vera”, que trabalha na Secretaria Municipal de Agricultura de Lago do Junco.

É muito difícil porque a gente precisa de recurso, né? Para poder investir. Aí a expectativa da gente logo se acaba aí porque como é que a gente vai ir trabalhar sem ter de onde tirar para poder investir naquelas atividades né? Aí a gente vai lá, eu vou trabalhar, primeiro eu vou trabalhar, depois eu venho para casa, eu vou investir nas atividades que eu vejo que vai dar certo, mas aí a gente vai trabalhando, vai trabalhando, e aquilo vai fluindo né, para frente, a gente acaba esquecendo de casa. A gente pensa em trabalhar, ah! eu vou trabalhar, eu vou mandar recurso para o meu pai, eles vai investir nos meus irmãos que estão em casa, mas só que aí acaba, né. Sendo que a gente já tem um começo né, tem, a maioria das famílias algumas pessoas já têm alguma prática, alguma atividade, aí se torna mais fácil. Mas no meu caso foi mais complicado por causa disso né. Porque a mãe quebrava coco, o pai trabalhava de roça ia querer implantar uma atividade não tinha dinheiro para poder investir. Eu vou trabalhar primeiro, depois eu venho para casa (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

Para o êxito do processo formativo e como forma de minimizar as dificuldades em vista de cumprir o ciclo de idas e vindas da Pedagogia da Alternância é necessária e fundamental a participação da família. Como expressada pelo egresso Vicente Gomes Damascena Filho que atua na função de monitor no CEFFA na gestão da produção agroecológica.

porque quando é uma família de base, uma família que tem, que são estruturado nessa, na conversa, quando o filho ele tem alguma formação ele tenta mostra lá junto com a família e desenvolve alguma prática né? mas quando a família é cada qual por si, se torna muito mais difícil porque o filho, a família não conversa em casa, ele vai pra escola, ele aprende o que os livro coloca pra ele, né? o que o professor passa, muitas vezes o professor também não passa coisas que como é que é pra ser correto, ele vai aprender aquilo dali, então ele já, a mentalidade dele já é de ganha dinheiro né, então apenas ele vai aprende a sê uma ferramenta de trabalho né, mas quando é uma família que tá engajada na educação do filho isso acontece diferente, porque a família vai conversando, mesmo que o filho chega em casa "pai, hoje eu aprendi que é interessante que a gente faça isso pra pode ganha dinheiro", mas o pai diz "mas trabalhando aqui na minha propriedade você também tem como você também auto se sustentar, né?" (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

No projeto das EFAs a família é base e está contemplada no princípio da “Associação”. As EFAs tem uma associação que é gerida pelos pais e mães dos jovens que nelas estudam. A Associação é a instituição mantenedora de cada EFA, permitindo a participação de forma direta no processo formativo por alternância.

Em relação às perspectivas para a juventude rural o egresso Jessé Lima da Silva, coordenador da Associação de Jovens Rurais (AJR) que atualmente estuda um curso superior

de Educação do Campo<sup>7</sup>, defende a educação como questão estratégica para o jovem permanecer e desenvolver o meio rural.

Tudo começa pela educação. Então se o sistema educacional nos influencia que o campo é lugar de atraso, que a mídia vive diretamente nos influenciando a sair e a construir algo que é fora da nossa realidade, claro que as formas de educação também devem ser melhoradas e que existem várias reformas na educação, mas que não convém e que não atende as especificidades nossas. E que as nossas realidades, quem conhece somos nós, então nós que somos os construtores dessa realidade. A valorização da cultura também é de extrema importância, porque às vezes, nós sofremos um processo de cultura direto, às vezes esquecem a nossa própria cultura. (Entrevista concedida em 12 de outubro de 2016).

Na Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) têm três egressos das EFAs atuando na administração, são: Gilsimar de Jesus Ermino, que atua na função de gerente administrativo; Ricardo Damaceno Sousa, responsável pelo setor de comercialização; e Francisco Santos Sousa, que atua como serviços gerais. Na COPPALJ na sua fase inicial foi constituída pelos agricultores pioneiros, tem estabelecido um processo transição/sucessão onde os jovens assumem a gestão da organização econômica. Tem sido uma excelente oportunidade para os egressos das EFAs desenvolverem suas capacidades.

Em uma pesquisa realizada pela própria instituição “onde estão os alunos do CEFFA Manoel Monteiro 2008-2015” de 176 jovens formados apresenta o seguinte resultado:

Podemos ver claramente que os alunos, estão em sua maioria promovendo o meio rural, 67 no campo produzindo hortaliças, criando pequenos e grandes animais e fazendo roças (arroz, milho, feijão entre outros). Os que estão trabalhando de técnico, empregados contribuem com a agroecologia com a formação diferenciada que o CEFFA lhe proporcionou. Foi observado que 29 destes alunos estão diretamente em curso universitários ligados a agricultura os demais estão distribuídos em direito, pedagogia, engenharia civil, matemática, história e português. Contudo destes apenas 11 estão no meio urbano em cursinhos pré vestibular e trabalhando em empresas do meio urbano (ACEMEP, 2015).

Ainda sobre os dados pesquisa acima citada, os resultados nos parecem positivos pois do universo de 176 jovens 67 estão trabalhando na unidade de produção familiar, 62 estão estudando um curso superior, 24 trabalhando em EFAs ou empresas de ATER e 7 estão exercendo outras profissões no meio urbano.

De uma maneira geral, é possível perceber que os jovens egressos das EFAs tem um compromisso com o desenvolvimento sustentável, seja na escala familiar, local ou regional. A rede organizações sociais constitui uma excelente oportunidade para atuação sócio profissional da juventude.

---

<sup>7</sup> Licenciatura em Ciências Agrárias na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Bacabal.



## **Praticando o desenvolvimento sustentável como forma de resistência**

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) estão baseadas em quatro princípios, a saber: a Associação, a Pedagogia da Alternância, a Formação Integral e o Desenvolvimento Local. O desenvolvimento local é um dos princípios fundamentais, sendo uma das finalidades buscadas pelos processos formativos. A educação é de fundamental importância para proporcionar a formação integral da pessoa humana com princípios do desenvolvimento sustentável, na perspectiva de garantir condições de vida para as gerações futuras.

As lutas pela vida colocam os/as índios/as, os/as camponeses/as, os/as negros/as e outros grupos sociais em permanente disputa pela defesa dos seus territórios. Estes embates se dão, sobretudo, com as diversas expressões do agronegócio e com a conivência do Estado. Desta luta surge uma série de iniciativas de resistência ancoradas na agricultura familiar, como é o caso das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e de outros Movimentos Sociais. Forjadas em estratégias de organização social apoiadas por lideranças políticas, intelectuais, pesquisadores (as), comunidades de bases, igrejas que se engajam em dinâmicas de assessoramento e fomento das diversas formas de estruturação para edificar as forças contra hegemônicas ao capital.

A Educação do Campo através da Pedagogia da Alternância emerge da necessidade do fortalecimento de políticas sociais, como a educação, com o caráter público, democrático e de qualidade socialmente referenciada, fundada em uma concepção diferenciada e voltada para atender os interesses dos segmentos mais subalternizados.

Avaliamos que a atuação dos/as jovens egressos das EFAs de Lago Junco - Maranhão em âmbito local e regional em atividades sócio profissional ou de militância em Movimentos Sociais, organizações governamentais, atividades autônomas, tem sido de fundamental importância para o Desenvolvimento Local, superando inclusive as condições financeiras e ausência de políticas voltadas para a juventude rural. A permanência do jovem no meio rural associada a questão da sucessão rural, é um dos grandes desafios. Os possíveis caminhos (perspectivas) que podem ajudar o jovem a continuar no campo estão sendo encontrados pelos/as próprios/as sujeitos/as.

A rede de organizações sociais camponesas da Região do Médio Mearim - Maranhão se constitui em experiências concretas e exitosas de Desenvolvimento Rural Sustentável. As práticas desenvolvidas por estas organizações apresentadas neste trabalho são consideradas experiências de resistências ou também chamadas de contra hegemônicas.

## Referências

ACESA - Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura. **Relatório Institucional Anual 2014**. Bacabal, 2015.

ARAUJO, H. F. A. **Estado/movimento sociais no campo: a trama da construção de uma política pública no Maranhão**. Manaus: UEA, 2013. 387 p.

ASSOCIAÇÃO DO CENTRO FAMILIAR DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA DE ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE - ACEMEP. **Pesquisa onde estão os alunos do CEFFA Manoel Monteiro. De 2008 – 2015**. Lago do Junco – MA: ACEMEP, 2015. 7 p.

BARBOSA, Z. M. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: UEMA, 2006. 160 p.

GOHN, M.G. **Teorias dos Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. de. **Agronegócio**. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTENJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p. P. 79 – 85.

MARTINS, C. C. **Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de passar; roça, onde se fica e babaçu nossa poupança**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012. 220 p.

PUIG-CALVÓ, Pedro. **Los Centros de Formación por Alternância: desarrollo de las personas y de su médio: la importancia de la formación y de la investigación em las instituciones**. 2006. 389 f. Tesis (Doctoral) – Universitat Internacional de catalunya, Barcelona.

SANTOS, T. P. M.; NEVES, M. A. das; SILVA, E. S. A liderança e participação social jovens dos/as dos CEFFAs. In: **Revista da Formação por Alternância**, Orizona, GO, v. 7, ano 4, jul. 2008. p. 50 – 57.

SERENO, Luciany Fusco. **Cooperativismo e precarização do trabalho: uma análise da atuação da COPPALJ no município de Lago do Junco**. 2016, 87 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

SILVA, Edson Sousa. **A dinâmica do movimento pela educação e luta pela terra no Médio Mearim**. 2015, 101 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO MARANHÃO - UAEFAMA. **A Pedagogia da Alternância e seu desenvolvimento na prática da UAEFAMA: lugar de destaque nos processos de gestão e mobilização no campo da Pedagogia da Alternância**. Bacabal: UAEFAMA. 2016. 35 p.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. 220 p.